

GLOBALIZAÇÃO, AGRICULTURA E URBANIZAÇÃO NO BRASIL

Globalization, agriculture and urbanization in Brazil

Globalisation, agriculture et urbanisation au Brésil

Denise Elias¹

Universidade Estadual do Ceará - Brasil

RESUMO

A reestruturação econômica que caracteriza o período histórico atual atinge também a agropecuária e resulta na difusão do **agronegócio globalizado** no Brasil. Tais processos estão no âmago da explicação de muitas novas dinâmicas socioespaciais e são responsáveis pela reestruturação do espaço agrícola, urbano e regional em várias partes do país. Como resultado, poderíamos destacar: o aumento da densidade técnica-científica-informacional no espaço agrícola; nova distribuição de funções produtivas pelo território; difusão de especializações produtivas; intensificação da divisão social e territorial do trabalho; novas relações campo-cidade; intensificação da urbanização da sociedade e do território; reestruturação urbana e da cidade etc.. O principal objetivo do presente texto é colocar para o debate alguns dos principais temas e processos que estão na base da análise das novas formas de uso e ocupação do território brasileiro a partir da difusão agronegócio globalizado, considerando que essa é um dos principais vetores de (re)produção do espaço do país.

Palavras-chave: agronegócio globalizado; relações campo-cidade; regiões produtivas do agronegócio; Brasil.

ABSTRACT

The economic restructuring that characterizes the current historical period also affects the agricultural sector and results in diffusion of globalized agribusiness in Brazil. Such processes are at the heart of the explanation of many new Socio-spatial dynamics and are responsible for restructuring the agricultural area, urban and regional in various parts of the country. As a result, we could highlight: the increase of the density-technical-scientific informational in agriculture space; new distribution of productive functions by territory; diffusion of productive specializations; intensification of social and territorial division relations work; new relations field-city; intensification of urbanization of society and of the territory; urban and city redevelopment etc. The main objective of this text is to put for debate some of the main themes and processes that are at the basis of the analysis of new forms of use and occupation of the Brazilian territory from the globalized diffusion of agribusiness, considering that this is one of the main vectors of (re)production of space in the country.

Keywords: globalized agribusiness; countryside-city relationship; productive regions of agribusiness ; Brazil.

RÉSUMÉ

La restructuration économique qui caractérise la période historique actuelle touche aussi l'élevage ce qui résulte dans la diffusion de l'agrobusiness mondialisé au Brésil. De tels processus sont au cœur de l'explication de beaucoup de nouvelles dynamiques socio-spatiales et sont responsables pour la restructuration de l'espace agricole, urbain et régional dans de nombreuses parties du pays. Comme résultat, nous pourrions mettre en relief: l'augmentation de la densité technico-scientifique-informationnelle dans l'espace agricole; une nouvelle distribution de fonctions productives sur le territoire; une diffusion de spécialisations productives; une intensification de la division social et territoriale du travail; de nouvelles relations ville-campagne; une intensification de l'urbanisation de la société et du territoire; une restructuration urbaine et de la ville etc. L'objectif principal de ce texte est de débattre quelques-uns des principaux thèmes et processus qui sont à la base de l'analyse des nouvelles formules de l'utilisation de l'occupation du territoire brésilien à partir de la diffusion de l'agrobusiness mondialisé, en considérant que celui-ci est l'un des principaux vecteurs de la (re)production de l'espace du pays.

Mots-clés: l'agrobusiness mondialisé; relations ville-campagne; régions productives de l'agrobusiness; Brésil.

INTRODUÇÃO

Sob a égide da revolução tecnológica, dá-se a inserção do Brasil na lógica da globalização econômica. Os diversos setores econômicos passam por reestruturação produtiva desde a década de 1960, incluída a atividade agropecuária. Os reflexos fazem-se sentir na

economia, no espaço, na dinâmica demográfica, culminando numa nova repartição dos instrumentos de trabalho, do emprego e dos homens no território do país, **denotando uma nova economia política da urbanização e das cidades brasileiras.**

Com a expansão dos sistemas de objetos e dos sistemas de ação (SANTOS, 1996) voltados a dotar o território de fluidez para os investimentos produtivos, os fatores locacionais clássicos são redimensionados. Ocorre, então, uma verdadeira dispersão espacial da produção, acirrando a divisão social e territorial do trabalho e as trocas intersetoriais, resultando uma nova geografia econômica (CAMPOLINA, 2000) e uma nova organização espacial. **Entre os principais vetores da reorganização do território brasileiro, destacam-se a descentralização industrial; a guerra dos lugares pelos investimentos produtivos; as especializações produtivas do território; a difusão dos novos agentes econômicos e a reestruturação produtiva da agropecuária.** O presente artigo privilegia as reflexões sobre o processo de reestruturação produtiva da agropecuária. O tema é bastante complexo e será apresentado calcado nas pesquisas que realizamos nos últimos anos.

AGRICULTURA: ENTRE A ORDEM GLOBAL E A ORDEM LOCAL

O Brasil é, na América Latina, um dos países que mais reorganizou sua atividade agropecuária desde meados do século XX. O tamanho continental de seu território, aliado a existência de grandes propriedades e de um parque industrial em expansão foram fatores favoráveis ao caleidoscópio de transformações que se processaram no setor.

Desde então, a reestruturação produtiva da agricultura brasileira se realizou abalizada na racionalidade do atual sistema temporal, tendo seu funcionamento regulado pelas relações de

produção e distribuição globalizadas, direcionando-se, cada vez mais, para atender à crescente demanda do mercado urbano interno e à produção de commodities para exportação, seja in natura ou passando por algum tipo de transformação industrial, aumentando seu valor agregado.

Verificaram-se profundas transformações no seu processo produtivo. Os sistemas de ação e os sistemas de objetos (SANTOS, 1996) associados a agropecuária se reestruturaram mediante incremento da utilização de ciência, tecnologia, informação e diferentes capitais.

Resultou, entre outros, na exacerbação da apropriação capitalista da agricultura, com significativo incremento da agricultura empresarial, apoiada em um modelo técnico, econômico e social de produção globalizada, oferecendo novas possibilidades para a acumulação ampliada do capital, ao qual chamaremos aqui de agronegócio globalizado. Esse tem referência planetária e recebe influência das mesmas leis que regem os outros aspectos da produção econômica no período histórico atual, incluindo a competitividade, característica das atividades de caráter planetário, o que só faz aprofundar a difusão desse modelo de produção¹.

Vale destacar que, embora a agricultura empresarial se desenvolva no país desde o período colonial, sob o comando do comércio em grande escala, somente cinco séculos mais tarde apresenta mudanças radicais. Isto se deve ao fato de a revolução tecnológica também ter atingido essa atividade, que passa a incorporar os principais paradigmas da produção e do

consumo globalizados, em consonância com as transformações gerais do restante da sociedade.

Outra característica marcante da difusão do agronegócio globalizado é seu funcionamento totalmente regulado pela economia de mercado, em razão das demandas urbanas e industriais, em grande parte voltado para à exportação. Sua produção destina-se prioritariamente à geração de commodities (soja, café, suco de laranja, entre outros); para a geração de combustíveis renováveis, cujo caso mais emblemático é o da produção de álcool combustível a partir da cana-de-açúcar²; para a produção de matérias-primas para vários ramos agroindustriais³ ou ainda ao mercado de produtos agrícolas in natura, como é o caso das frutas tropicais (melão, manga, mamão, banana, entre outras).

A impossibilidade de controle do processo produtivo da agropecuária, com uma estrutura dependente dos fatores naturais (clima, relevo, solo, temperatura, topografia etc.) e do ciclo biológico das plantas e dos animais, sempre representou um limite para a acumulação ampliada no setor, uma vez que o tempo de produção é comumente superior ao tempo de trabalho⁴. Neste contexto, a aplicação dos procedimentos e métodos científicos para a realização da agropecuária, com vistas ao aumento de produtividade e à redução de custos, visa o aperfeiçoamento e expansão de seu processo produtivo, imprimindo complexas inovações às forças produtivas do setor, configurando novos sistemas técnicos agrícolas (ELIAS, 1996). Esses abriram muitas possibilidades para a realização da mais-valia mundializada. Verificou-se, então, a reestruturação produtiva da agropecuária

mediante amplo emprego de máquinas (tratores, colheitadeiras, arados etc.), insumos químicos (agrotóxicos, adubos, fertilizantes etc.) e biotecnológicos (sementes geneticamente modificadas, novas variedades etc.) fornecidos pela atividade industrial, com notáveis metamorfoses na divisão social e territorial do trabalho agropecuário.

Num primeiro momento dessa reestruturação, os insumos e maquinário utilizados eram na sua grande parte importados, uma vez que o Brasil não fabricava tais produtos⁵. Com a difusão desse conjunto de inovações, o agronegócio tornou-se crescentemente dependente do processo científico-técnico de base industrial. Nesse sentido, um dos principais signos da atividade no Brasil é uma crescente interdependência com os demais setores da economia. As relações com o setor industrial merecem destaque, por propiciarem o desenvolvimento de muitos ramos industriais, notadamente dos que fornecem os insumos e bens de capital para a agropecuária⁶, assim como das indústrias que processam os produtos agropecuários, com destaque para as indústrias de alimentos.

Um outro momento das mudanças na agropecuária se concretiza quando as grandes corporações se apropriam da produção agropecuária brasileira. Configura-se, então, ampla implantação de indústrias, muitas delas multinacionais, dos ramos fornecedores de insumos modernos para a agropecuária, assim como dos ramos transformadores dos produtos agropecuários, com a instalação de indústrias, que assumem o comando das transformações no setor.

Caracteriza-se uma nova organização econômica e social da agropecuária, que acompanha a unificação da economia pelo movimento do capital industrial e financeiro. Ocorre mediante a substituição da economia natural por atividades agrícolas integradas à indústria, pela intensificação da divisão do trabalho e das trocas intersetoriais e com a especialização da produção agropecuária (SILVA, 1996 e 1999).

A dinâmica da agropecuária passa, então, a ser determinada pelo desenvolvimento do que alguns autores (SORJ, 1980; MULLER, 1989; MAZZALI, 2000) chamaram de complexos agroindustriais (CAIs), de sistemas agroindustriais (SAGs) (FARINA; ZYLBERSZTAIN, 1998), outros ainda de redes agroindustriais (SILVEIRA, 2005; ELIAS, 2008) e, muito embora tais noções não sejam necessariamente sinônimos, têm muitos pontos de interseção.

As redes agroindustriais associam todas as atividades e empresas inerentes ao agronegócio globalizado: empresas agropecuárias, indústrias de sementes selecionadas, de insumos químicos e implementos mecânicos, laboratórios de pesquisa biotecnológica, prestadores de serviços, agroindústrias, empresas de distribuição comercial, de pesquisa agropecuária, de marketing, de *fast-food*, de logística, cadeias de supermercados etc. Para conseguirmos compreender seus respectivos funcionamentos, faz-se necessário estudos de caráter multiescalar e intersetorial.

Independente da noção utilizada, o importante a destacar é a extrema divisão social e territorial do trabalho, com cada etapa da

produção podendo estar localizada em um lugar ou região, em um ou vários países. Como consequência, temos a intensificação das trocas intersetoriais, da especialização da produção e das especializações do território.

Estas interdependências favorecem ainda outros processos, quais sejam, os de integração de capitais a partir da centralização de capitais industriais, bancários, agrários etc., expansão de sociedades anônimas, cooperativas agrícolas, empresas integradas verticalmente (agroindustriais ou agrocomerciais), assim como a organização de conglomerados empresariais por meio de fusões, organização de holdings, cartéis e trustes (DELGADO, 1985), com atuação direta no agronegócio globalizado. Tais processos alçam inúmeras empresas inerentes ao setor ao circuito superior da economia urbana (SANTOS, 1979), no momento que os interesses das grandes corporações se apropriam da produção agropecuária.

A adoção de novos sistemas técnicos agrícolas minimizou a anterior vantagem representada pela produção localizada nos melhores solos, nas topografias mais adequadas, entre outros. Além disso, aumentou a possibilidade de aproveitamento dos solos menos férteis e de ocupação intensiva de espaços agrícolas muitas vezes até então desprezados para tal atividade, relativizando-se as questões locacionais clássicas, antes imprescindíveis. Isso significa dizer que muitas novas áreas passam a ser de interesse do capital do agronegócio globalizado. Adaptando Santos (1993) para o caso presente, poderíamos dizer que o capital do agronegócio passa a ocupar um amplo exército de lugares de reserva.

Devemos ser cuidadosos com as análises que consideram que a agropecuária deixou de ser uma esperança ao sabor da natureza para se converter numa certeza sob o comando do capital. Mas não há dúvida quanto às reestruturações ocorridas, uma vez que parte da agropecuária brasileira passou a ser um empreendimento totalmente associado à racionalidade do período técnico-científico-informacional (SANTOS, 1993, 1994, 1996), com algumas possibilidades semelhantes às dos demais setores econômicos para a aplicação de capital e para a obtenção de alta lucratividade, tornando-se mais competitiva e permitindo maior valorização dos capitais nela investidos⁷.

Entre os resultados teríamos à multiplicação dos espaços da produção e das trocas agrícolas globalizadas e a indução dos espaços agrícolas à inúmeras transformações, uma vez que se mostram extremamente suscetíveis de aceitação do capital do agronegócio. Poderíamos citar as intensas mudanças nas formas de uso e ocupação do solo, com aumento da monocultura, em substituição à produção de alimentos.

Quando do início da aceleração contemporânea (SANTOS, 1996), o campo brasileiro era um espaço com menos rugosidades (SANTOS, 1985) e com flexibilidade muito superior à apresentada pelas cidades, repletas de capitais mortos, mostrando-se um dos lócus de introdução dos capitais industriais e financeiros. Desta forma, nas áreas onde se expande o agronegócio, o meio natural e o meio técnico são rapidamente substituídos pelo meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 1985, 1988, 1993, 1996 e 2000),

aumentando a proporção da natureza social sobre a natural.

Reforçam-se as determinações exógenas ao lugar de produção, especialmente no tocante aos mercados comumente mais longínquos e competitivos. Fato semelhante ocorre em relação aos preços, comandados pelas principais bolsas de mercadorias do mundo, sobre os quais não há controle local. Da mesma forma, aumentam as distâncias entre os agricultores e os centros de decisão e de pesquisa, reforçando a fragmentação do território e as diferenças entre o que Santos (1993) chamou de lugares do fazer e lugares do mandar.

Tudo isto tem profundos impactos sobre os espaços agrícolas, que passam, desde então, por um processo acelerado de reorganização, mostrando-se extremamente abertos à expansão da tecnosfera e da psicosfera (SANTOS, 1994, 1996, 2000) inerentes ao agronegócio globalizado. Organizam-se verdadeiros sistemas técnicos (de eletrificação, de armazenagem, de irrigação, de transportes, de telecomunicações etc.) voltados para o objetivo de dotar o espaço agrícola de fluidez para as empresas hegemônicas do setor. Isto induz à mecanização dos espaços agrícolas e onde a atividade agropecuária se dá baseada nos princípios do agronegócio globalizado é visível a expansão do meio técnico-científico-informacional, revelando o dinamismo da produção do espaço resultante da reestruturação produtiva da agropecuária.

Outra mudança advinda é a radical mudança dos hábitos alimentares da população. Em pouco mais de duas décadas, sustentada pelas grandes corporações do sistema alimentar produzindo muitas novas mercadorias de alto

valor agregado, difunde-se um padrão estandardizado de consumo alimentar, violando identidades locais baseadas em saberes e fazeres historicamente construídos. Com isso, uma parcela cada vez maior dos produtos agropecuários sofre beneficiamento industrial antes de chegar à mesa da população, multiplicando-se a quantidade de: alimentos semiprontos, congelados, enlatados, produtos derivados de leite (queijos, iogurtes, margarinas etc.), do açúcar, maioneses, bebidas lácteas, molhos, óleo de soja, produtos *diet*, *light*, desnatados, bebidas isotônicas, refrigerantes, legumes pré-cozidos, frutas desidratadas etc., com grande impacto na saúde da população, assim como no aumento do preço dos alimentos.

Essas novas mercadorias passam a ocupar as prateleiras das grandes redes de supermercados, transformados nos principais centros de comercialização varejistas dos produtos alimentares industrializados, induzindo novos hábitos de consumo que buscam homogeneizar o padrão de consumo alimentar. Outras atividades econômicas associadas aos serviços se desenvolvem e ajudam a reforçar o novo padrão de consumo alimentar, tais como redes de *fast-foods* (Pizza Hut, McDonald's, Burger King, KFC etc.), de serviços de *catering* para hotéis e linhas aéreas etc.

Historicamente o público e o privado estão sempre muito imbricados, notadamente em benefício do segundo. Dessa forma, o Estado brasileiro foi um dos principais agentes de transformação da agropecuária, adequando a produção e o território com vistas à reprodução

ampliada do capital no setor. A modernização desta atividade foi fortemente induzida pelo amparo do Estado que, na verdade, atuou como maestro das transformações necessárias para a globalização da produção agrícola, que culminaram na organização de uma atividade com circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação (SANTOS, 1996) também globalizados, expandindo o número de fixos no campo e construindo inúmeros novos sistemas de fluxos, visando permitir o escoamento, armazenamento etc. da produção⁸.

O Estado funcionou como motor das mudanças através da criação de inúmeras políticas públicas para viabilizar a transformação da agricultura, especialmente a partir de meados da década de 1960. As esferas de regulação federal se tornaram cada vez mais onipresentes no setor, atuando através de políticas econômicas gerais e de estratégias de crescimento agrícola (através da política econômica externa, política monetária, política de controle de preços agrícolas), assim como através de políticas explícitas de fomento agrícola (com a política de financiamento rural, a política tecnológica e política fundiária), tentando abranger todos os níveis envolvidos com a modernização do setor (DELGADO, 1985).

As políticas agrícolas federais abrangeram desde o nível ministerial até o de secretarias, especialmente da agricultura, planejamento e economia, e aparecem claramente nos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs), que nortearam grande parte das mudanças econômicas e sociais do país durante as décadas de ditadura militar (VASCONCELLOS, 1991).

O Estatuto da Terra e o Estatuto do Trabalhador Rural, promulgados na década de 1960, estão entre as primeiras grandes ações reguladoras federais. O primeiro estabelecendo uma política fundiária favorável à manutenção da propriedade particular do solo rural e o segundo legislando as relações de trabalho no campo e estendendo para os trabalhadores agrícolas os direitos trabalhistas urbanos. Ambos foram determinantes para as transformações dos elementos técnicos e sociais da estrutura agrária.

A política tecnológica do Estado brasileiro voltada para a atividade agrícola foi igualmente fundamental ao processo de difusão de inovações. Através do Ministério da Agricultura e de uma série de órgãos e instituições a ele ligados, interferiu decisivamente para a modernização do setor no país. Com a criação, no início da década de 1970, da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), o Estado organizou o primeiro sistema de pesquisa e extensão rural de âmbito nacional associado à agropecuária. Em poucos anos, montou uma extensa quantidade de estações de pesquisas experimentais espalhadas pelo território nacional, que resultaram em extraordinárias inovações científico-técnicas, constituindo um dos alicerces da reestruturação produtiva da agropecuária⁹.

Mas, o pilar central da atuação do Estado brasileiro para a reestruturação dessa atividade foi mesmo sua política financeira e fiscal. Dado o grande montante de capital necessário para viabilizar a adoção das inovações técnicas e

econômicas, criou o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), na década de 1960. Apoiado em um forte sistema institucional bancário, público e privado, que substituiu as fontes usuárias tradicionais ligadas ao capital comercial, o Estado subsidiou a compra de máquinas e equipamentos; insumos químicos; sementes melhoradas; custeou a produção; garantiu os preços mínimos; promoveu a eletrificação rural; construiu armazéns e silos para estocar a produção; subsidiou a exportação; isentou de impostos as indústrias nascentes associadas à agricultura moderna; promoveu o seguro agrícola etc.

O carro chefe da política financeira empreendida pelo Estado foi o próprio Banco do Brasil, que na década de 1970, no período mais intenso de atuação do SNCR, chegou a ser o maior financiador agrícola do mundo capitalista (BURBACH; FLYNN, 1982, p. 163)¹⁰. O crédito rural federal consumiu uma parcela muito importante de todo o capital destinado ao crédito no país¹¹. Considerando que uma das características da política financeira era a de oferecer o crédito agrícola a juros negativos¹², o Estado acabou transferindo para o setor agrícola parte da mais-valia por ele controlada, onerando o setor público como um todo e contribuindo, dessa forma, para o crescimento do déficit do governo federal, que culminou num grande processo inflacionário e numa recessão que explodiram nos primeiros anos da década de 1980. Podemos concluir, então, que a reestruturação da agricultura brasileira foi socialmente excludente, pelo fato de só ter vingado com o amparo financeiro e com a

regulação geral do Estado, mas com pesado ônus à maior parte da sociedade.

AS RELAÇÕES DE TRABALHO AGRÍCOLA

A terra é o meio de produção fundamental da agricultura e não é suscetível de ser multiplicado ao livre arbítrio do homem, como o são outros fatores de produção. Isso significa dizer que a forma de sua distribuição e apropriação é determinante para as relações de produção que se estabelecem no setor. Assim, a propriedade privada da terra constitui o elemento fundamental que separa os trabalhadores dos meios de produção na agricultura. No Brasil, desde 1850, a propriedade privada da terra está garantida por lei, com a promulgação da Lei de Terras. Da mesma forma, a concentração fundiária é outro dos principais traços estruturantes da sociedade brasileira, uma vez que uma grande parte da terra agrícola está sob o domínio de uma parcela pequena de proprietários (pessoas físicas e jurídicas).

Tais processos foram ainda mais acirrados nas últimas décadas e são fundamentais para compreendermos vários dos aspectos da realidade brasileira, seja no campo ou na cidade. No que tange a estrutura fundiária, segundo Oliveira e Stédile (2004, p.93), um dos principais líderes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), com a difusão do agronegócio, houve o desaparecimento de cerca de um milhão de propriedades com menos de 100 hectares, majoritariamente com menos de 10 hectares. Agrava-se, assim, a histórica concentração fundiária e impõe-se uma nova dinâmica ao mercado de terras, com forte

intensificação do valor de troca em detrimento do valor de uso, contrariando ainda mais as aspirações pela Reforma Agrária, que se mercantilizou na última década (com a substituição da desapropriação pela compra da terra).

Mas, não é somente o aumento do latifúndio que caracteriza o campo no Brasil. Devemos também lembrar a significativa nucleação de muitos estabelecimentos agrícolas que não foram incorporados pelos grandes, muitas vezes inviabilizando a própria manutenção da subsistência da família na propriedade. Entre os impactos desastrosos destacaríamos: uma significativa desarticulação de parte significativa da pequena agricultura, que passa a ter cada vez mais dificuldades de existir com todas as pressões advindas de tais processos. Por outro lado, os pequenos agricultores que não detinham a propriedade da terra (meeiros, parceiros, pequenos arrendatários, entre outros), são expulsos do campo, culminando na territorialização do capital no campo e na monopolização do espaço agrário (OLIVEIRA, 2004).

Teríamos, assim, o acirramento das relações de trabalho mercantilizadas no campo, com o avanço do trabalho assalariado, aumentando a proporção do trabalho agrícola enquanto uma mercadoria. Esse trabalhador agrícola é aquele que, no geral, já foi totalmente expropriado dos meios de produção e tem no campo o seu lugar de trabalho e na cidade o seu lugar de residência, sendo o deslocamento diário cidade-campo-cidade parte de seu cotidiano.

Essa realidade se traduz, entre outros, na formação de um mercado de trabalho agrícola

formal, da mesma forma que no surgimento de uma nova categoria associada à agropecuária, a qual Santos (1988) chamou de agrícola não rural. Na opinião de Andrade (1979), desde a intensificação do capitalismo no campo, esse processo, ao qual ele denomina de proletarização do trabalhador rural, está entre os fatos mais marcantes do meio rural brasileiro. Mas, entre os trabalhadores agrícolas assalariados, deve-se distinguir aquele que detém apenas sua própria força de trabalho, que inicialmente foi chamado de bóia-fria (D'INCÃO, 1981), residente na cidade, que se desloca diariamente da cidade para o campo, sobretudo nas épocas de safra, daquele que ainda possui um pequeno lote de terra, na qual reside e trabalha com os demais membros da família. Esses, normalmente pequenos agricultores, como não conseguem garantir a sobrevivência da família unicamente pelo produto do trabalho no seu lote de terra, são obrigados a se assalariar em determinados períodos do ano, especialmente nas empresas agrícolas mais dinâmicas, durante as safras dos principais produtos agrícolas. Assim, a presença do trabalhador assalariado não somente representa a expulsão dos que não detêm a propriedade da terra, como também inclui muitos pequenos proprietários, meeiros, parceiros, entre outros.

O Brasil registra rápido crescimento de um mercado de trabalho formal no setor agropecuário, especialmente a partir dos anos 1980, abarcando contingente crescente do total de trabalhadores associados ao setor. Dessa forma, o estudo do mercado de trabalho agrícola formal pode nos ajudar a melhor

compreender como vêm se dando as mudanças nas relações de produção, já que a flexibilidade que rege o atual padrão produtivo rebate de forma incontestante no modo de organizar e gerir o trabalho.

Diante desse novo quadro no mundo do trabalho, compreender a evolução do mercado de trabalho formal no setor da agropecuária ajuda a melhor compreender a realidade agrária brasileira do presente, pois o surgimento de uma classe de trabalhadores assalariados no campo representa a materialização do movimento do capital. Em outras palavras, a dinâmica do mercado de trabalho agrícola segue no rastro das alterações produtivas e se reflete, assim, em profundas modificações no âmbito socioeconômico.

Para podermos realizar a leitura do processo de formação do mercado de trabalho agropecuário formal no Brasil citamos os dados e as informações disponibilizados pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), através da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e do Cadastro Geral dos Empregados e Desempregados (CAGED)¹³. Tais dados nos possibilitam ter um retrato da magnitude da evolução das relações de trabalho capitalistas no setor objeto da nossa análise.

A mão-de-obra formal na agropecuária brasileira vem apresentando ritmo de evolução bastante acelerado. No intervalo total considerado para análise, 1985 a 2010, o número de empregos formais cresceu cerca de quatro vezes, ao passar de 333.468 para 1.409.597 empregos, denotando um aumento superior a um milhão de empregos no período,

logo, uma variação percentual de cerca de 322 % (TABELA 1)¹⁴.

Anos	Números absolutos
1985	333.469
1995	998.652
2005	1.310.320
2010	1.409.597

TABELA 1 - Brasil. Estoque de Empregos Formais na Agropecuária.

Fonte: MTE/RAIS. Dados organizados por Juscelino Bezerra.

Para a análise dos impactos do atual processo de reestruturação produtiva sobre o trabalho agrícola, não podemos esquecer, como diz Santos (1988), o fato de que as mudanças operadas no espaço raramente eliminam de uma vez os traços materiais do passado, obrigando a considerar as fases respectivas de instalação de novos instrumentos de trabalho e de criação de novas relações de trabalho, já que em cada fase, as relações sociais de produção não são da mesma natureza.

Engana-se, dessa forma, quem imagina ter cessado a expansão das formas não capitalistas no campo. Tais formas, contraditoriamente, continuam se reproduzindo. Apesar da expansão do mercado de trabalho agrícola formal, materialização do acirramento da divisão social do trabalho no setor, esta convive com as antigas características ligadas às formas clássicas de relações de trabalho. Neste ponto, é importante lembrar as contribuições de Oliveira (1997) e Martins (1990), segundo os quais, o desenvolvimento do capitalismo no campo é contraditório, pois cria relações dialéticas entre

a expansão do trabalho assalariado e a reprodução das relações camponesas.

Assim, em todo o Brasil existem algumas situações a conviver lado a lado, em especial o desenvolvimento do trabalho assalariado e do camponês. Dessa forma, embora contundentes as evidências quanto à expansão do mercado de trabalho agropecuário formal, é na complexidade do desenvolvimento desigual e combinado que encontramos também o sustentáculo das relações de produção não capitalistas no campo. Estes dados revelam algumas das contradições trazidas pela própria difusão do capitalismo no agrário brasileiro.

Da mesma forma, como o agronegócio globalizado utiliza grande contingente de mão-de-obra especializada, em todas as áreas nas quais ele se difunde, os processos são dominados pelo circuito superior do agronegócio (ELIAS, 2003) e é possível observar o acirramento da divisão social do trabalho no setor. O mercado de trabalho agrícola já se mostra hierarquizado e apresenta em uma de suas pontas o trabalhador extremamente especializado. Estes são profissionais de origem e vivência urbanas, que passam a ser os assalariados permanentes (engenheiro geneticista, técnico agrícola, veterinário, administrador agrícola, agrônomo, especialista em sementes etc.) dos setores associados ao agronegócio, com elevada composição orgânica do capital.

A intensa difusão de capital, tecnologia e informação na atividade agropecuária aumentou a divisão das tarefas e funções produtivas e administrativas. Paralelamente, processou-se uma alteração qualitativa e

quantitativa de antigas funções, com importantes transformações no mercado de trabalho agrícola. Portanto, de um lado, existe, o trabalhador agrícola sem qualificação, temporário na sua grande maioria, e de outro o trabalhador especializado, permanente, que atende às demandas prementes do agronegócio globalizado.

Tudo isto promove decisivas transformações no espaço agrícola, nas formas de trabalho agrícola e no incremento da urbanização da sociedade e do território. Essa realidade ajudou a promover um dos traços mais marcantes da sociedade brasileira. Nas décadas de 1960, 1970 e 1980, verifica-se um intenso processo de êxodo rural (migração campo-cidade), quando milhares de pequenos agricultores deixam o campo e passam a residir nas periferias das grandes cidades, num primeiro momento, e, em décadas mais recentes, também das cidades pequenas ou de porte médio nas áreas nas quais o agronegócio se difunde. Essas cidades conhecem também processos migratórios até então pouco comuns no país, quais sejam, o de mão-de-obra especializada para atender aos reclamos das produções modernas, entre as quais do agronegócio globalizado, comumente oriundo de cidades maiores para cidades menores. Tais dinâmicas demográficas estão entre as principais temas se quisermos compreender parte da urbanização recente no país.

URBANIZAÇÃO E NOVAS REGIONALIZAÇÕES

A principal questão discutida nesse item diz respeito à tese por nós defendida (ELIAS, 1996,

2006, 2008, 2011, 2013) segundo a qual é possível identificar várias áreas e municípios brasileiros cuja intensificação da urbanização se deve diretamente à consecução e à expansão do agronegócio globalizado. Da mesma forma, que a difusão desse setor no Brasil resulta na fragmentação do espaço agrícola, em face do seu caráter espacialmente seletivo, paralelamente a processos de regionalização.

Tudo isto culmina na (re)organização do espaço agrícola, com o acirramento da divisão social e territorial do trabalho e com o incremento da urbanização da sociedade e do território. Entre outros, porque entre as características atuais deste segmento econômico está sua forte integração aos circuitos da economia urbana, desenvolvendo-se uma extensa gama de novas relações, de diferentes tipos e complexidades, entre o espaço agrícola racionalizado e o espaço urbano próximo. Estas se dão atreladas às demandas produtivas de serviços e produtos especializados por parte das empresas relacionadas às redes agroindustriais. Dessa forma, o agronegócio globalizado desempenha um papel fundamental para a intensificação da urbanização e para o crescimento de cidades locais e médias, fortalecendo-as em termos demográficos e econômicos. Nestas cidades se realiza parte da materialização das condições gerais de reprodução do capital do agronegócio globalizado, quando passam a exercer novas funções e a compor importantes nós e pontos das redes agroindustriais, a partir das quais fornecem parte da mão-de-obra, dos recursos financeiros, dos insumos químicos, das máquinas agrícolas, da assistência técnica

agropecuária etc, dinamizando a economia urbana e a reorganização urbano-regional.

Quanto mais dinâmico o agronegócio, quanto mais globalizados os seus circuitos espaciais da produção e seus círculos de cooperação, maiores e mais complexas se tornam as relações entre os espaços agrícolas e os espaços urbanos inseridos em regiões agrícolas. Assim, a difusão do agronegócio globalizado explica, em parte, a expansão do meio técnico-científico-informacional e a urbanização em diferentes áreas do país. Tais fatos corroboram para que a urbanização brasileira deixasse de ser apenas litorânea e se interiorizasse, desencadeando incomensurável número de transformações nas áreas antes não consideradas para produções mais intensivas, tais como partes das regiões Nordeste e Norte.

Uma vez que os agentes hegemônicos atuantes no agronegócio globalizado têm o poder de impor especializações produtivas ao território, paralelamente à intensificação do capitalismo no campo, processou-se um crescimento de áreas urbanizadas, porquanto, entre outras coisas, a gestão deste agronegócio necessita da sociabilidade e dos espaços urbanos. Isto explica em parte a reestruturação do território e a organização de um novo sistema urbano brasileiro, muito mais complexo do que há trinta ou quarenta anos.

Em virtude de se organizar para atender às demandas das principais redes agroindustriais, novos fixos artificiais se sobrepõem à natureza, reelaborando permanentemente o espaço agrícola, ampliando a complexidade dos seus sistemas de objetos. O resultado é uma total remodelação desses espaços, hoje muito mais complexos. O

território torna-se cada vez mais rígido, mais rugoso, o que explica em parte a interiorização da urbanização, promovida, entre outros, pelas novas relações estabelecidas entre o campo e as cidades, desencadeadas pelas novas demandas por parte do agronegócio, de produtos e serviços especializados, incrementando o consumo produtivo agrícola (ELIAS, 1996; ELIAS; PEQUENO, 2010).

Em todas as áreas de expansão do agronegócio globalizado é visível o crescimento da urbanização e de aglomerados urbanos, assim como a criação de novos municípios. Comumente, algumas cidades que poderiam ser classificadas como cidades locais ou mesmo de porte médio têm forte ligação com alguma produção agrícola e/ou agroindustrial, compondo exemplos de desenvolvimento urbano associado ao agronegócio. As características do crescimento dessas cidades são visivelmente associadas à demanda da produção agrícola e agroindustrial globalizadas. Tal situação se dá, principalmente, porque o agronegócio tem o poder de impor especializações territoriais cada vez mais profundas. As demandas das produções agrícolas e agroindustriais intensivas têm o poder de adaptar as cidades próximas às suas principais demandas, em virtude de fornecerem a grande maioria dos aportes técnicos, financeiros, jurídicos, de mão-de-obra e de todos os demais produtos e serviços necessários à sua realização. Quanto mais intensiva e globalizada a agropecuária, mais urbana se torna a sua gestão, dinamizando o terciário e, conseqüentemente, a economia urbana. Isto

evidencia que a gestão do agronegócio globalizado é urbana.

As casas de comércio de implementos agrícolas, sementes, grãos, fertilizantes; os escritórios de marketing, de consultoria contábil; os centros de pesquisa biotecnológica; as empresas de assistência técnica, de transportes; os serviços do especialista em engenharia genética, veterinária, administração, meteorologia, agronomia, economia, administração pública, entre tantas outras coisas, disseminam-se por todas as áreas de difusão do agronegócio globalizado. Isto faz crescer a urbanização, o número e o tamanho das cidades nas áreas de difusão do agronegócio.

Com isso, a reestruturação da agropecuária não apenas ampliou e reorganizou a produção material, agrícola e industrial, como foi determinante para a expansão quantitativa e qualitativa da produção não-material, aumentando a terciarização, especialmente considerando os ramos associados ao circuito superior da economia (SANTOS, 1979) nas áreas de realização do agronegócio globalizado.

O resultado é uma grande metamorfose e crescimento da economia urbana das cidades próximas das produções agropecuárias ou agroindustriais intensivas, paralelamente ao desenvolvimento de um novo patamar das relações entre campo e cidade, perceptível pelos diferentes circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação estabelecidos entre esses dois espaços, os quais se mostram cada vez mais indissociáveis.

O crescimento da produção não-material deve-se ainda ao crescimento populacional e à

revolução do consumo, esta última erigida sob os auspícios do consumo de massa, que impõe numerosas necessidades aparentemente naturais associadas à existência individual e das famílias.

Os elementos estruturantes do incremento destas relações podem ser encontrados também, como já citamos, na forma de apropriação privada da terra, resultando na expropriação de pequenos agricultores e na expulsão dos que não detêm a propriedade da terra, uma vez que muitos passam a residir nas cidades.

Concomitantemente a uma verdadeira revolução tecnológica da produção agropecuária e agroindustrial e às transformações nas relações de trabalho, ocorreu uma revolução demográfica e urbana, marcada por intenso crescimento populacional, particularmente urbano. Dessa forma, o Brasil tem apresentado acelerado processo de urbanização e notável crescimento urbano.

Desde a década de 1980, concomitantemente à macrourbanização e à metropolização, difundem-se e crescem também as cidades médias e locais, tornando muito mais densa a rede urbana, uma vez que aumentam tanto os fatores de dispersão, quanto os de concentração. Entre os resultados temos uma significativa remodelação do território e uma organização de novo sistema urbano, com a multiplicação de pequenas e médias cidades, assim como novas regionalizações. Processa-se, em última instância, a produção de regiões especializadas e corporativas concernentes ao agronegócio globalizado (ELIAS, 2006, 2011, 2012, 2013; ELIAS; PEQUENO, 2010).

Tudo isso fez da urbanização um fenômeno bastante complexo, dada a multiplicidade de variáveis que nela passam a interferir, como, por exemplo, a modernização agropecuária associada ao setor industrial, com a consequente especialização dessas produções; o crescimento da produção não-material seja associado ao consumo produtivo agrícola ou ao consumo consumptivo; o aumento da quantidade e da qualidade de trabalho intelectual; o intenso processo de êxodo rural; a existência do agrícola não-rural; a migração descendente etc. É inviável, assim, considerar apenas as antigas relações campo-cidade, assim como as relações hierárquicas clássicas da rede urbana e das divisões regionais.

Visando explicar a dinâmica da urbanização brasileira atual, na qual crescem não só as metrópoles, mas também as cidades pequenas e as cidades de porte médio, alguns utilizam a noção de involução metropolitana (SANTOS, 1993). Outros preferem usar a noção de urbanização difusa; outros, de urbanização dispersa etc. Mas, o importante é destacar que é impossível continuar simplesmente dividindo o Brasil da forma clássica, entre urbano e rural.

Pensando na reestruturação produtiva da agropecuária e na formação das redes agroindustriais, pensamos que uma divisão que possa ser mais palatável para compreender a realidade presente, seja capturando os novos processos de regionalização que se dão associados a tais dinâmicas, formando o que temos chamado de Regiões Produtivas do Agronegócio - RPA (ELIAS, 2006, 2011, 2012, 2013).

A nosso ver, a utilização desse recorte espacial baseado nas RPAs para o estudo do território nacional pode auxiliar a melhor entender a divisão territorial do trabalho hoje vigente no país, pois leva em conta o impacto da reestruturação econômica e territorial das últimas décadas, mais especialmente a reestruturação produtiva da agropecuária e a organização das redes agroindustriais. Portanto, considera a base da organização de uma parte significativa do território brasileiro atual, resultado tanto da herança histórica como das metamorfoses do presente, marcado pela velocidade das inovações.

Como o agronegócio globalizado se realiza totalmente a partir da dialética entre a ordem global e a ordem local, as RPAs estão conectadas diretamente aos centros de poder e consumo em nível mundial e, assim, as escalas locais e regionais articulam-se permanentemente com a internacional e o território organiza-se com base em imposições do mercado, comandado por grandes empresas nacionais e multinacionais.

Desse modo, nas RPAs temos novos espaços de fluxos rápidos inerentes às redes agroindustriais, nas quais as verticalidades têm predominância sobre as horizontalidades¹⁵. Mas, em contrapartida, as horizontalidades são extremamente difundidas, como evidenciado pela expansão das atividades econômicas, pelo aumento da população e do mercado de trabalho, pela chegada dos novos agentes econômicos representativos das atividades modernas etc¹⁶.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o exposto, a partir dos processos advindos com a difusão do agronegócio globalizado, teríamos a possibilidade de melhor compreender o Brasil do presente, incluso as novas tendências de urbanização e de regionalização. Da mesma forma que, com o que estamos chamando de Região produtiva do agronegócio teríamos um recorte espacial para análise de algumas das mudanças ocorridas no território brasileiro, aumentando nossa capacidade de interpretá-lo e de melhor reconhecê-lo. Uma vez que a globalização só se realiza com a fragmentação do território, a Região produtiva do agronegócio ganha força como uma das possibilidades para percepção de tais processos.

Na nossa ótica, a escolha de conduzir as análises a partir das Regiões produtivas do agronegócio propicia melhor conhecer as dinâmicas da reestruturação produtiva da agropecuária e da organização das redes agroindustriais; da reestruturação urbana e das cidades (SPOSITO, 2007) que se processam nas áreas de difusão do capitalismo no campo e, ao mesmo tempo, compará-las entre si; avaliar os diferentes níveis de determinações decorrentes da atuação de novos agentes econômicos associados ao agronegócio, através das novas regionalizações e da urbanização corporativa (SANTOS, 1993) inerentes ao agronegócio (ELIAS, 1996).

Para melhor compreender as Regiões produtivas do agronegócio, verdadeiros híbridos formados por espaços agrícolas altamente racionalizados somados a espaços urbanos não metropolitanos, cidades de porte

médio ou cidades menores, faz-se necessário o estudo não só da reestruturação produtiva da agropecuária e da formação das redes agroindustriais, mas também das inúmeras novas relações entre o campo e a cidade, assim como de reestruturação da cidade do agronegócio (ELIAS, 1996, 2006, 2012)¹⁷.

Para a análise da reestruturação urbana e da cidade nas Regiões produtivas do agronegócio é fundamental considerar: a especialização funcional da cidade e incremento da economia urbana; o crescimento do consumo produtivo agrícola (comércios e serviços especializados para o agronegócio); a gestão urbana do agronegócio; a formação de novas horizontalidades e incremento das relações campo-cidade a partir dos circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação de *commodities* agrícolas ou importante produto agrícola ou agroindustrial; o aumento das verticalidades inerentes às produções agrícolas e agroindustriais hegemônicas; o aumento dos fluxos diários (de matéria-prima, de trabalhadores, de capital, de tecnologia, de informação etc.) entre alguns dos espaços urbanos não metropolitanos pertencentes às Regiões produtivas do agronegócio; o crescimento da urbanização; a diminuição da população rural; o crescimento da categoria do trabalhador agrícola não rural; o aumento da centralidade urbana no âmbito da Região produtiva do agronegócio; o reforço das grandes empresas associadas às redes agroindustriais como importantes agentes produtores e gestores do espaço agrícola, urbano e regional; o crescimento e renovação da materialidade do espaço urbano; a

reestruturação do centro das cidades; a formação de novas centralidades mediante instalação de novos agentes econômicos e de grandes equipamentos urbanos (shopping centers, hipermercados, locais para feiras e eventos etc.); o aprofundamento da urbanização corporativa e o aprofundamento das desigualdades socioespaciais.

Dessa forma, compreender toda sorte de fluxos implicados nas RPAs, notadamente por meio das categorias de análise basilares representadas pelos circuitos espaciais de produção e dos círculos de cooperação, sobretudo os associados ao circuito superior da economia do agronegócio globalizado, é um exercício de análise. Tal exercício permite, de um lado, a síntese das estratégias de ação e processos inerentes às principais empresas associadas aos conglomerados atuantes no agronegócio e, de outro lado, a dinâmica do território resultante dessas estratégias, ou seja, das novas especializações territoriais produtivas, evidenciando como se processam as dinâmicas territoriais inerentes ao setor. Logo, o estudo das Regiões produtivas do agronegócio compõe um dos caminhos possíveis de interpretação da (re)produção do espaço de numerosas áreas no Brasil que têm em seu âmago a difusão do agronegócio globalizado e a organização das redes agroindustriais.

NOTAS

¹ Geógrafa; Doutora em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP); Professora da Universidade Estadual do Ceará (UECE).

E-mail: deniselias@uol.com.br

¹ Naturalmente, a agricultura brasileira é bastante diversificada e não é composta somente pelo agronegócio. Há diversos sujeitos sociais a ela envolvidos, entre as quais a agricultura camponesa, cuja produção é voltada para o próprio consumo ou à produção simples de mercadorias, o que por si só já expõe um quadro de contradições existentes no agrário brasileiro. Mas, o objetivo nesse texto é analisar o agronegócio globalizado, considerando seu peso determinante para inúmeros processos de transformações socioespaciais no país.

² O cultivo da cana-de-açúcar marca a formação socioespacial brasileira desde o século XVI e esteve associada à produção de açúcar, principalmente. Desde meados da década de 1970, tal produção cresceu sobremaneira a partir da criação de uma política pública federal, o Proálcool (Programa Nacional do Álcool), quando o governo federal passa a incentivar os usineiros a canalizarem a produção de cana para a fabricação de álcool combustível. Foram criadas muitas linhas especiais de crédito para viabilizar a instalação das destilarias, sejam anexas, vinculadas às usinas de açúcar, sejam autônomas, unidades industriais independentes das usinas e especializadas na produção de álcool. Tais medidas foram responsáveis para que, em cerca de uma década, o Brasil se tornasse um grande produtor de álcool combustível. Da mesma forma, o programa foi, no mundo, um dos mais bem sucedidos no que tange a produção de um combustível renovável. Na última década, o setor sucroalcooleiro do país passa por novas e significativas transformações, com características bem

distintas do período do Proálcool, sendo a entrada de multinacionais e a concentração do setor entre as mais marcantes, especialmente considerando que, até então, o setor era dominado por empresas nacionais, que dominavam, inclusive, a pesquisa tecnológica do setor agrícola e agroindustrial do ramo. Para analisar o processo recente de difusão do setor podem ser vistos inúmeros trabalhos produzidos na última década. Poderíamos citar Bernardes; Silva; Arruzzo, 2013.

³ Indústrias de transformação cuja matéria-prima principal provém das atividades agropecuárias, tais como indústrias de alimentos (beneficiamento, moagem, torrefação; preparação de refeições, conservas; abate de animais; resfriamento e preparação de leite e laticínios; fabricação e refino de açúcar; fabricação de balas e caramelos; fabricação de massas alimentares etc.), bebidas etc.

⁴ Oliveira (1985, p. 38) enfatiza que o saber científico e técnico é introduzido na produção agropecuária voltado "para reduzir e eliminar as descontinuidades na aplicação de capital e os tempos mortos; promover a uniformidade do desembolso do capital ao longo do ano; aumentar a frequência de retorno do capital num dado período; intensificar o processo produtivo de forma a eliminar a ociosidade e depreciação pelo não uso do capital fixo; e ampliar a potencialidade das economias de escala, via especialização e divisão de trabalho".

⁵ A implantação da primeira grande indústria de bens de produção para a agropecuária dá-se em

1959, com a instalação de uma multinacional fabricante de tratores (AMATO NETO, 1985).

⁶ Produzem os meios de produção para a agropecuária e dirigem tecnologicamente as transformações da base técnica do setor, composta por indústrias químicas que produzem insumos (adubos, fertilizantes, corretivos, inseticidas, germicidas etc), mecânicas (tratores, implementos agrícolas, colheitadeiras), de produtos farmacêuticos e veterinários (rações para animais, produtos veterinários etc), entre outros.

⁷ Cabe destacar que não estamos defendendo nenhum determinismo tecnológico, nem tão pouco exaltando a tecnologia como a solução para todos os problemas da natureza e muito menos como sendo capaz de substituí-la, mas apenas estamos querendo chamar a atenção para questões que mostrem as características da reestruturação produtiva da agropecuária e, nesse sentido, que a adoção de procedimentos e métodos científicos à produção agropecuária de fato foi capaz de transformar a estrutura produtiva e, assim, econômica e social do setor.

⁸ Vale destacar que a bancada ruralista, defensora do agronegócio e ela própria composta por deputados e senadores com vários tipos de atividades inerentes ao setor, é uma das maiores e mais atuantes no Congresso Nacional.

⁹ A Embrapa, ligada ao Ministério da Agricultura, é uma das mais importantes instituições de pesquisa agropecuária do mundo. Exporta tecnologia para vários países

da América Latina, África, Ásia e até para Austrália e EUA. São cerca de 50 centros de pesquisa, núcleos e unidades espalhados por praticamente todos os Estados do país.

¹⁰ Em 1980, o volume total de financiamento foi 90 vezes superior ao de 1970 em termos nominais e quase quatro vezes em termos reais, crescendo a uma taxa real de 17,5 % ao ano (FIGUEIREDO, 1984, p. 15).

¹¹ Segundo dados da Fundação Getúlio Vargas, se ao montante de crédito rural somarmos os subsídios fiscais ao setor, a criação de infraestrutura, entre outros, teríamos quase 50 % da Receita Nacional do ano de 1977 (CORADINI; FREDERICQ, 1982, p. 50).

¹² Em 1976, o crédito oficial para a agricultura foi oferecido a uma taxa de juros de 15 % ao ano e, em casos de projetos especiais como Polocentro, Procal, Pronazem, de 15 a 0 %, numa economia onde a inflação foi de 46 % (SORJ, 1980, p. 86).

¹³ O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) do Brasil, através do Programa de Disseminação de Estatística do Trabalho (PDET), divulga anualmente os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e mensalmente o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED). As bases do MTE são extremamente importantes para o estudo do mercado de trabalho formal no Brasil, pois abrange cerca de 97% do contingente de estabelecimentos e trabalhadores do circuito formal (com carteira assinada).

¹⁴ Mesmo não considerando que a expansão do trabalho agrícola deva ser comemorado, é mister destacar a importância dessa formalização num país onde, em pleno século XXI, ainda seja comum a velada exploração pura da mais-valia absoluta de muitos trabalhadores em condições análogas à escravidão, em algumas atividades da agricultura brasileira.

¹⁵ Sobre verticalidades e horizontalidades ver Santos (1996).

¹⁶ Segundo Santos (1993, p. 115) "[...] o território nacional da modernidade é objeto de dois tipos de recorte. De um lado, recriam-se subespaços mediante nova regionalização, que tanto pode ser o fato de produções homogêneas que colonizam e definem uma fração do espaço com base em uma mesma atividade ou de uma combinação de atividades, como pode provir de relações necessárias entre o núcleo e o seu entorno imediato. Em ambos esses casos, a área resultante é contínua. É a nova forma do velho fenômeno de região. [...] Neste caso, onde o espaço é contínuo, trata-se de um recorte horizontal do espaço total. [...] As tarefas técnicas predominam, ligadas, direta ou indiretamente, ao processo direto de produção. Nesse sentido, diremos que a região deixa de ser produto de solidariedade orgânica localmente tecida, para tornar-se resultado de solidariedade organizacional".

¹⁷ Cidade do agronegócio é uma noção com a qual temos trabalhado nos últimos anos e que quer destacar as cidades inseridas nas Regiões produtivas do agronegócio, cujas funções

inerentes ao agronegócio são hegemônicas sobre as demais funções que a mesma exerce. É a cidade na qual se realiza parte importante das condições gerais para a reprodução ampliada do capital do agronegócio. Sobre o assunto pode ser visto em Elias (1996 e 2006).

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel Correia de. *Agricultura e Capitalismo*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

AMATO NETO, João. "A indústria de máquinas agrícolas no Brasil – origens e evolução". *Revista de Administração de Empresas*. RJ: 1985, 25 (3) (57-69), jul./set.

BERNARDES, Julia Adão; SILVA, Catia Antonia da; ARRUZZO, Roberta Carvalho (Orgs.). *Espaço e energia*. Mudanças no paradigma sucroenergético. Rio de Janeiro: Lamparina Editora, 2013.

BEZERRA, Juscelino Eudâmidas; ELIAS, Denise. Difusão do trabalho agrícola formal no Brasil e sua dinâmica multiescalar. *Investigaciones Geográficas*, n. 76, p. 104-117, 2011.

BURBACH, R.; FLYNN, P. . *Agroindústria nas Américas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

CAMPOLINA, C. D. A nova geografia econômica do Brasil. In: VELLOSO, João Paulo dos Reis (Org.). *Brasil 500 anos: futuro, presente, passado*. RJ: José Olympio, 2000. p. 303-351.

CORADINI, Odacir Luiz; FREDERICO, Antoinette. *Agricultura, Cooperativas e Multinacionais. Produtores, Cooperativismo Empresarial e Multinacionais: o Caso do Trigo e da Soja*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

DELGADO, Guilherme da Costa. *Capital Financeiro e Agricultura no Brasil*. SP: Ícone/Ed. Unicamp, 1985.

D'INCÃO, Maria Conceição. *O Bóia-Fria: Acumulação e Miséria*. Petrópolis: Vozes, 1981.

ELIAS, Denise. Regiões produtivas do agronegócio: notas teóricas e metodológicas. In: BERNARDES, Julia Adão; SILVA, Catia Antonia da; ARRUZZO, Roberta Carvalho (Orgs.).

Espaço e energia. Mudanças no paradigma sucroenergético. Rio de Janeiro: Lamparina editora, 2013. p. 49-73.

ELIAS, Denise. "Les Territoires de L'Agrobusiness au Brésil". *Confins* (Paris), n. 15, 2012.

ELIAS, Denise. Agronegócio e novas regionalizações no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais* (ANPUR), v.13, n.2, p. 153-167, 2011.

ELIAS, Denise. Redes agroindustriais e urbanização dispersa no Brasil. *Scripta Nova* (Barcelona), v. XII, p. 74-96, 2008.

ELIAS, Denise. Agronegócio e desigualdades socioespaciais. In: ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato (Orgs.). *Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais*. Fortaleza: BNB, 2006. p. 25-82.

ELIAS, Denise. *Meio Técnico-científico-informacional e Urbanização na Região de Ribeirão Preto*. São Paulo: FFLCH/USP, 1996.

ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato. Agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais. In: SPOSITO, Maria Encarnação; ELIAS, Denise S; SOARES, Beatriz Ribeiro. (Orgs.). *Agentes econômicos, reestruturação urbana e regional: Passo Fundo e Mossoró*. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 22-60.

ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato; ROMCY, Priscila. Rupturas na rede urbana e faces do mercado de trabalho. *Geotextos*, v. 8, n. 1, p. 121-145, 2012.

FARINA, E. M. M. Q.; ZYLBERSZTAJN, D (coords.). *Competitividade no Agribusiness Brasileiro*. São Paulo: Pensa/FIA/FEA/USP, 1998. 2 v.

FIGUEIREDO, Vilma. O trabalhador rural e a modernização da agricultura. *Revista Brasileira de Tecnologia*, v. 15, n. 4, 1984.

MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. São Paulo: Hucitec, 1990.

MAZZALI, L. *O processo recente de reorganização agroindustrial: do complexo à organização em rede*. São Paulo: Editora da Unesp, 2000.

MULLER, Geraldo. *Complexo Agroindustrial e Modernização Agrária*. SP: Hucitec; Educ, 1989.

OLIVEIRA, Mauro Márcio. *Informática na Agricultura: a tecnologia a serviço do capital*. *Revista Brasileira de Tecnologia*, v. 16, n. 5, 1985.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Agricultura camponesa no Brasil*. SP: Contexto, 1997.

OLIVEIRA, A. U. de; STEDILE, J. P. *O agronegócio X agricultura familiar e a reforma agrária*. Brasília; Rio de Janeiro: Concrab; Action Aid, 2004.

SANTOS, Milton. *O Espaço Dividido. Os Dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

SANTOS, Milton. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. *A urbanização brasileira*. São Paulo, Hucitec, 1993.

_____. *Técnica, espaço, tempo*. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.

_____. *A natureza do espaço*. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. *Por uma outra globalização*. SP: Hucitec, 2000.

SILVA, José Graziano da. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. Campinas: Unicamp/IE, 1996.

SILVA, José Graziano da. *Tecnologia e agricultura familiar*. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

SILVEIRA, Rogério L. L. da. *Complexo agroindustrial, rede e território*. In: DIAS, Leila C.; SILVEIRA, Rogério L. L. da. *Redes, sociedades e territórios*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2005. p. 11-28.

SORJ, Bernardo. *Estado e classes sociais na agricultura brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

SPOSITO, Maria Encarnação. *Cidades médias: reestruturação das cidades e reestruturação urbana*. In: SPOSITO, M.E. (Org.). *Cidades*

Médias: espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 233-253.

VASCONCELLOS, Sonia. *Espaço no poder - poder no espaço: uma análise do planejamento durante o governo Figueiredo*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - UFRJ, 1991.